

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL-CMADS**

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. ZÉ SILVA)

Requer a realização de audiência pública para debater o PLP 29/2024, que Dispõe sobre a regulamentação do imposto seletivo previsto na Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater o PLP 29/2024, que Dispõe sobre a regulamentação do imposto seletivo previsto na Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

Requeiro que sejam convidados para participarem do debate os representantes dos grupos de estudo da coalizão das Frentes Parlamentares:

- ✓ Lina Santin
- ✓ Gilberto Alvarenga
- ✓ Márcio Alabarce
- ✓ Tacio Lacerda Gama
- ✓ Rodolfo Tanamaha
- ✓ José Américo Azevedo

JUSTIFICAÇÃO



O PLP 29/2024 tem como objetivo regulamentar o Imposto Seletivo (IS) previsto na Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023 e dá outras providências.

O Imposto Seletivo por sua vez possui como finalidade desestimular o consumo de bens e serviços comprovadamente prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Desse modo, as hipóteses de incidência do Imposto Seletivo serão estabelecidas em Lei Complementar Específica, que deverá indicar o momento do fato gerador, o contribuinte, local da operação ou prestação, base de cálculo, regras de alíquotas, apuração, lançamento, recolhimento, creditamento e restituição do Imposto.

Nesse sentido, a realização de uma audiência pública permitirá que todos os interessados discutam a regulamentação do Imposto Seletivo, oportunidade valiosa para ouvir os argumentos dos especialistas da área do Direito Tributário, representantes dos setores produtivos e a sociedade, de modo a buscar levar conhecimento aos parlamentares e promover um debate transparente e de qualidade.

É importante discutir as hipóteses de incidência do Imposto Seletivo, os impactos dos recursos para os programas de mitigação à saúde e ao meio ambiente e dos mecanismos de incentivos previstos para os contribuintes, além da definição das alíquotas do Imposto Seletivo para cada produto ou serviço.

Por estas razões, conto com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em de maio de 2024.

Deputado ZÉ SILVA

